

As autoridades neerlandesas notificaram a Comissão dos seus planos de construção de um «Maasvlakte 2», com aproximadamente 1 000 hectares, a oeste do actual Maasvlakte, enquanto parte de um grande plano de desenvolvimento designado «Project Mainport Rotterdam» (PMR), para permitir o desenvolvimento do porto de Roterdão.

As autoridades neerlandesas informaram a Comissão de que pretendem solicitar um parecer nos termos do nº 4 do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens⁽¹⁾, tendo igualmente fornecido à Comissão alguns estudos relativos aos impactos em sítios Natura 2000 e propostas de compensação pela perda de riquezas naturais prevista com a construção do «Maasvlakte 2».

A Comissão recebeu vários documentos e estudos sobre a eventual perda de riquezas naturais que poderá resultar da componente recuperação de terras do PMR, bem como sobre planos de desenvolvimento natural alternativos para compensar essas eventuais perdas, da parte de organizações ambientais não-governamentais neerlandesas (ONG), de fontes académicas e da associação nacional de pescadores.

A Comissão está actualmente a analisar a documentação científica e técnica acima referida.

A Comissão adoptará uma posição sobre esta questão à luz dos dados disponíveis.

⁽¹⁾ JO L 206 de 22.7.1992.

(2002/C 172 E/032)

PERGUNTA ESCRITA E-3262/01

apresentada por Gary Titley (PSE) à Comissão

(23 de Novembro de 2001)

Objecto: Liberdade de imprensa na Geórgia

Há um ano, o canal de televisão «Rustavi 2» da República da Geórgia transmitiu um programa da série «60 Minutos», que pôs a nu a corrupção generalizada no país e apontou um dedo acusador ao Presidente Shevardnaze. Desde então, aquele canal afirma ter sido sujeito a uma campanha orquestrada de intimidação por parte de funcionários do Estado, incluindo uma série de processos em tribunal e investigações sobre alegadas irregularidades financeiras.

Apesar destas pressões, o canal «Rustavi 2» continuou a transmitir e desfruta ainda de um largo auditório. Para além disso, reiterou a sua determinação em manter a actual política de fazer televisão com total independência do Estado.

A Comissão está consciente das dificuldades por que passa actualmente o canal «Rustavi 2»? A Comissão fez alguma diligência junto do Governo da Geórgia para explicar a importância dos meios de comunicação livres e independentes numa sociedade democrática?

Resposta dada por Sir Christopher Patten em nome da Comissão

(19 de Dezembro de 2001)

A Comissão tem pleno conhecimento da situação do canal televisivo «Rustavi 2» da Geórgia, incluindo a relação entre os recentes acontecimentos no referido canal e as demonstrações nas ruas de Tbilisi que culminaram numa importante crise política na Geórgia em 1 de Novembro de 2001.

A Comissão já comunicou ao Presidente da Geórgia a necessidade de o novo governo efectuar reformas e combater eficazmente a corrupção.

O tema da liberdade de imprensa na Geórgia foi abordado a nível ministerial por ocasião do Conselho de Cooperação União Europeia-Geórgia realizado no Luxemburgo em 30 de Outubro de 2001.

A Comissão continuará a apoiar a Geórgia no seu empenhamento em consolidar as instituições democráticas, o estado de Direito, o respeito dos direitos humanos e a economia de mercado. A liberdade de imprensa continua a ser um elemento fulcral desse empenhamento.

(2002/C 172 E/033)

PERGUNTA ESCRITA E-3269/01

apresentada por Alexandros Alavanos (GUE/NGL) à Comissão

(23 de Novembro de 2001)

Objecto: Controlo dos laboratórios que dispõem da bactéria do carbúnculo na Europa

A Iowa State University, nos Estados Unidos, destruiu as suas existências de bactéria de carbúnculo. Segundo a World Federation for Culture Collection, para além do Reino Unido, da Alemanha, da França e da Itália, na Europa, também a Turquia, a República Checa, a Polónia, a Hungria, bem como a Suíça, dispõem da bactéria do carbúnculo

Dada a situação supra e tendo em conta os problemas resultantes dos casos de contaminação pelo carbúnculo, pergunta-se à Comissão:

1. Se irá, em colaboração com os Estados-membros, registar os laboratórios (militares, universitários, veterinários e farmacêuticos) existentes no território dos 15 que detêm a bactéria do carbúnculo, bem como de outras doenças como a varíola, a peste, a cólera, a difteria, a tuberculose, o tifo, a lepra e a poliomielite, entre outras?
2. Que medidas tenciona a Comissão tomar para limitar os stocks de bactéria do carbúnculo destes laboratórios e o estabelecimento de controlos rigorosos para a sua protecção?
3. Irá também aplicar as mesmas medidas aos países candidatos à adesão à União Europeia?

Resposta dada por David Byrne em nome da Comissão

(11 de Janeiro de 2002)

Tal como referido na sua Comunicação ao Conselho e ao Parlamento ⁽¹⁾ na sequência do pedido formulado pelo Conselho Europeu em Gent, em 19 de Outubro de 2001, a Comissão pretende estabelecer uma capacidade a nível da UE para a detecção em tempo útil e identificação de agentes biológicos e químicos que possam ser utilizados em ataques, e para a determinação e diagnóstico rápidos e fiáveis dos casos relevantes. No quadro desta acção, proceder-se-á à apreciação da capacidade dos laboratórios dos Estados-membros para dar resposta a estes desafios, devendo estas medidas ser alargadas aos países candidatos à adesão em tempo oportuno.

⁽¹⁾ COM(2001) 707 final.

(2002/C 172 E/034)

PERGUNTA ESCRITA E-3275/01

apresentada por Michl Ebner (PPE-DE) à Comissão

(26 de Novembro de 2001)

Objecto: Transacção intracomunitária de veículos automóveis usados — tratamento fiscal

Com referência à pergunta P-0964/01 ⁽¹⁾ e à resposta dada à mesma pelo Comissário Bolkestein, o autor nota que as autoridades competentes do Ministério das Finanças e dos Transportes de Itália não se manifestaram sobre o assunto, embora este tenha sido noticiado com frequência por importantes meios de comunicação social italianos, nomeadamente «Il Sole 24 Ore».

O Ministério da Economia ainda não assumiu uma posição clara e definitiva sobre a questão. Por conseguinte, continua a ser importado um número considerável de automóveis usados, sem que o IVA correspondente seja aplicado.